

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

ESCOLA SECUNDÁRIA COM 3.º
CICLO DO ENSINO BÁSICO DR.
MÁRIO SACRAMENTO

AVEIRO

Datas da visita: 5 e 6 de Novembro de 2007

I - Introdução

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um “programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho”.

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa da Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Dr. Mário Sacramento realizada pela equipa de avaliação que visitou esta Unidade de Gestão nos dias 5 e 6 de Novembro de 2007.

Os capítulos do relatório — caracterização da unidade de gestão, conclusões da avaliação por domínio, avaliação por factor e considerações finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais da Unidade de Gestão, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pela Escola, será oportunamente disponibilizado no sítio *internet* da IGE (www.ige.min-edu.pt).

Escala de avaliação utilizada Níveis de classificação dos cinco domínios na Unidade de Gestão

Muito Bom — Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Bom — Revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Suficiente — Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da Unidade de Gestão. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

Insuficiente — Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. Não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II – Caracterização da Unidade de Gestão

A Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Dr. Mário Sacramento está situada na cidade de Aveiro. Foi criada em 1893 como Escola de Desenho Industrial, posteriormente passou a chamar-se Escola Industrial e Comercial de Aveiro e, mais tarde, Escola Secundária n.º 1 de Aveiro. A partir de 2002, recebeu a actual designação. O edifício escolar, projectado de raiz, data de 1953 e é composto por um corpo principal de 3 pisos e 3 blocos exteriores, ligados por claustros que circundam os campos de jogos. Os espaços interiores e exteriores apresentam-se, de um modo geral, bem conservados, fruto da iniciativa da direcção da Escola e da Direcção Regional de Educação do Centro, bem como da acção de algumas empresas da região.

No último triénio, a Escola registou um crescimento da sua população escolar, tanto no 3.º Ciclo do Ensino Básico (+ 39,3%) como no Ensino Secundário (+ 7,3%). Esta situação resultou na ocupação plena dos espaços destinados às actividades lectivas. É ainda de destacar que a Escola se debate com a insuficiência de laboratórios devidamente equipados para a realização das actividades experimentais. O recinto escolar encontra-se todo vedado por gradeamento e as portarias são vigiadas.

Como oferta educativa são disponibilizados, em regime diurno, o 3.º Ciclo do Ensino Básico e o Ensino Secundário (Cursos Científico-Humanísticos - Ciências e Tecnologias; Ciências Socioeconómicas; Ciências Sociais e Humanas; Cursos Tecnológicos - Construção Civil e Edificações; Electrotecnia e Electrónica; Administração; Cursos Profissionais - Manutenção Industrial/Electromecânica; Secretariado). A Escola tem também assegurado o ensino pós-laboral, através da oferta dos Cursos Tecnológicos por módulos (Administração; Electrotecnia/Electrónica; Construção Civil).

A população escolar é composta por 1110 alunos (220 do 3.º Ciclo, 770 dos restantes cursos diurnos e 120 dos cursos pós-laboral), 133 docentes (106 do Quadro de Escola, 5 do Quadro de Zona Pedagógica, 12 Contratados e 10 Destacados) e 39 elementos do pessoal não docente (1 Psicóloga, 2 Técnicos da Acção Social Escolar, 7 funcionários dos Serviços Administrativos, 24 Auxiliares de Acção Educativa, 4 Cozinheiras e 1 Canalizador).

No 3.º Ciclo do Ensino Básico verifica-se que os alunos provêm de famílias de nível socioeconómico médio/elevado, sendo que 62% dos encarregados de educação possui habilitações académicas de nível superior. Por sua vez, no Ensino Secundário, os alunos pertencem a famílias de nível socioeconómico médio, com predominância das profissões ligadas à produção, ao comércio e aos serviços. Os encarregados de educação apresentam diferentes níveis de escolaridade, sendo que a habilitação dominante é a do ensino superior (27%).

III – Conclusões da avaliação por domínio

1. Resultados

Suficiente

Os resultados apresentados pela Escola no 3.º Ciclo do Ensino Básico, no último triénio, revelam uma evolução positiva nas taxas de transição (68,8% - 2004/05; 81,9% - 2005/06; 97,3% - 2006/07). No que concerne aos exames nacionais do 9.º ano de escolaridade, realizados em 2005/06 e 2006/07, a Escola obteve uma taxa de sucesso superior à verificada a nível nacional, tanto na disciplina de Língua Portuguesa (2005/06 - 72,8%/56%; 2006/07 - 97,9%/88%), como na disciplina de Matemática (2005/06 - 61,3%/38%; 2006/07 - 42,8%/29%). No entanto, é de salientar que, nos exames do 9.º ano de Matemática realizados em 2006/07, se registou um decréscimo de 18,5% na taxa de sucesso relativamente ao ano anterior.

No Ensino Secundário, apesar de existir uma melhoria global nas taxas de transição no triénio 2003/04 a 2005/06, estas ainda se apresentam baixas, por via dos resultados verificados no 12.º ano. Com efeito, se nos 10.º e 11.º anos, nos cursos de prosseguimento de estudos, a taxa de sucesso atinge os 80%, no 12.º ano não vai além dos 34%, incluindo os resultados nos exames nacionais. No que respeita aos exames nacionais do Ensino Secundário, verifica-se uma regularidade nos resultados, ainda que baixos, na disciplina de Português (2004/05 - 11,1 valores; 2005/06 - 11,5 valores; 2006/07 - 11,6 valores) e uma ligeira melhoria na disciplina de Matemática (2004/05 - 6,3 valores; 2005/06 - 6,2 valores; 2006/07 - 10 valores), embora os resultados nesta disciplina sejam inferiores à média nacional.

Em relação ao abandono escolar, verifica-se, no mesmo triénio, uma diminuição do abandono escolar no 3.º Ciclo e no Ensino Secundário.

A melhoria verificada nas taxas de transição e a redução do abandono escolar permitiram que a Escola cumprisse os objectivos quantificados no seu Projecto Educativo e que se tinha proposto atingir para o triénio 2004/05 a 2006/07 - aumento dos níveis de transição em 10% e redução do abandono escolar em 10%.

A Escola ainda não desenvolve uma acção sistemática de comparação dos resultados da avaliação interna com os da avaliação externa ou com os de outras escolas com características sociológicas semelhantes, da mesma forma que desconhece o percurso pós-escolar dos seus alunos.

É evidente a preocupação com o desenvolvimento cívico dos alunos. Esta vertente consta do Projecto Educativo, donde sobressai, como uma das linhas de acção, a valorização da educação para a cidadania. Este objectivo foi concretizado através da elaboração de vários projectos da responsabilidade dos alunos e divulgados à comunidade educativa.

O clima e o ambiente educativos mostram-se favoráveis ao desenvolvimento das relações interpessoais e à identificação com a Escola, não constituindo um obstáculo à prossecução das aprendizagens.

Os alunos e as famílias valorizam as aprendizagens adquiridas e as competências desenvolvidas na Escola.

2. Prestação do serviço educativo

Bom

A Escola reconhece que a articulação e a coordenação interdepartamental não são significativas. Assim, tem procurado desenvolver estratégias para ultrapassar esta situação, nomeadamente através da criação de grupos disciplinares, de “núcleos de trabalho” de docentes e da figura do coordenador das novas áreas curriculares não disciplinares. Estas opções revelam intencionalidade, tendo como objectivo contribuir para a melhoria do sucesso educativo. A criação desses núcleos de docentes tem ajudado ao fortalecimento do trabalho colaborativo ao nível de cada disciplina/ano de escolaridade, expresso na preparação do planeamento a curto prazo, na construção de matrizes de avaliação e na elaboração de testes e instrumentos de trabalho comuns. A gestão das novas áreas curriculares não disciplinares afigura-se como um exemplo de articulação e sequencialidade das aprendizagens, com trabalho ao nível da coordenação, dos procedimentos e da avaliação.

O planeamento curricular, efectuado ao nível de departamento, grupo disciplinar e conselho de turma, permite aferir a gestão dos programas das diversas disciplinas e do currículo global, apesar de não existirem processos formalmente instituídos para o acompanhamento e a supervisão da prática lectiva em contexto de sala de aula.

A Escola não dispõe de mecanismos que permitam aferir, no âmbito dos diversos anos de escolaridade e níveis de ensino, a sequencialidade das aprendizagens e que possibilitem a articulação com as escolas do ensino básico donde provém a maioria dos alunos.

A Escola integra o Centro de Formação José Pereira Tavares, com quem colabora no levantamento das necessidades de formação contínua dos docentes e não docentes. Por iniciativa de diversos departamentos e grupos disciplinares, são também realizadas acções de formação integradas no Plano Anual de Actividades, que tentam dar resposta às necessidades de formação e actualização de carácter científico e pedagógico. Porém, não existem dados, devidamente trabalhados e explorados, sobre o impacto dos conhecimentos adquiridos, em contexto de formação, nas práticas lectivas e no desempenho dos alunos.

Existe uma acção bem sucedida ao nível da integração dos discentes, sendo dada particular atenção aos que revelam dificuldades acrescidas de aprendizagem e aos que são oriundos de outros países. A consistência e a eficácia do trabalho desenvolvido pelos Serviços de Psicologia e Orientação têm proporcionado uma melhoria dos resultados desses alunos e contribuído para a redução do abandono escolar. Registe-se, também, o investimento efectuado, no âmbito da diversificação da oferta de novos percursos escolares e no desenvolvimento de várias modalidades de apoio, que tem ajudado a combater o insucesso e o abandono escolares. A Escola faz, relativamente aos dois níveis de ensino, o levantamento das taxas de transição dos alunos apoiados, tendo-se verificado que, no conjunto dos anos lectivos 2004/05 a 2006/07, a taxa de sucesso no 3.º Ciclo foi de 100% e no Ensino Secundário foi da ordem dos 80%.

3. Organização e gestão escolar

Bom

A Escola estabeleceu linhas orientadoras, objectivos e metas quantificadas para a sua acção. As actividades são bem planeadas e intentam ter em conta os objectivos do Projecto Educativo. O Plano Anual de Actividades dá corpo a um conjunto de acções diversificadas que procura responder às metas traçadas, através de iniciativas e projectos propostos pelas diversas estruturas internas. No entanto, tanto o Projecto Educativo como o Plano Anual de Actividades não compreendem acções da iniciativa dos representantes dos pais e encarregados de educação, bem como do pessoal não docente.

A Direcção da Escola faz uma gestão adequada dos seus recursos físicos e humanos. Conhece as competências profissionais e pessoais de cada elemento e têm-nas em conta na distribuição das diversas tarefas. Porém, relativamente ao pessoal não docente, não foi acautelada a sua formação nalgumas áreas de desempenho, nomeadamente ao nível dos laboratórios e da Acção Social Escolar.

A distribuição do serviço docente é efectuada pelo Conselho Executivo, a partir das propostas elaboradas pelos departamentos curriculares e grupos disciplinares, procurando-se manter, prioritariamente, o princípio da continuidade. Os directores de turma são seleccionados de entre os professores que reúnam o perfil adequado para o desempenho da função, embora este não se encontre formalmente explícito.

Ao longo dos últimos anos, a Escola tem revelado capacidade de angariação de verbas, não só junto dos parceiros locais e nacionais, mas também através da candidatura a projectos financiados.

Os diferentes elementos da comunidade mostram-se satisfeitos com o clima de trabalho e com as relações interpessoais entre todos os membros da comunidade.

É evidente a existência de uma política no sentido de atrair os pais e os encarregados de educação à Escola e de os co-responsabilizar pelo processo educativo dos seus educandos. Efectivamente, existem sinais de um maior envolvimento dos pais na vida escolar enquanto solução para os problemas mais persistentes.

4. Liderança

Bom

A Escola hierarquiza e calendariza os seus objectivos, traçando metas quantificáveis para o sucesso e o abandono escolares. Verifica-se uma abertura à inovação, patente na diversidade de actividades de enriquecimento curricular e no desenvolvimento de projectos abertos à participação dos alunos, dos professores, do pessoal não docente, das famílias e da comunidade em geral. Também é visível o desenvolvimento de uma política de diferenciação que permite à Escola ser conhecida e reconhecida interna e externamente, através da implementação de uma dinâmica geral de mudança para escapar à concepção fechada de antiga Escola Comercial e Industrial, mas sem pretender prescindir da componente prática dos seus cursos Tecnológicos e Profissionais.

O Conselho Executivo pratica uma liderança discreta, mas eficaz, empenhando-se na construção de uma visão partilhada para a missão da Escola e dos caminhos a seguir para atingir o sucesso. Não é alheia a este facto, a capacidade revelada, por algumas lideranças de topo e intermédias, em mobilizar os agentes para o desenvolvimento das mais diversas tarefas, promovendo uma cultura de trabalho e de responsabilização.

No entanto, embora a Escola revele uma atitude pró-activa na procura de novos caminhos e soluções, não há indícios claros de estratégias sustentadas de inovação centradas nas práticas lectivas em contexto de sala de aula.

Os diferentes profissionais da Escola possuem um conhecimento das suas áreas de acção e mostram-se empenhados e motivados na definição e na implementação de estratégias para a melhoria do serviço educativo, subsistindo um discurso de elevadas expectativas face ao desempenho escolar dos alunos e aos resultados esperados. Todavia, a Escola ainda não consegue comunicar aos pais e aos alunos, de forma perceptível, informação importante que lhes é dirigida, designadamente a que diz respeito aos critérios de avaliação.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria da Escola

Suficiente

O exercício de auto-avaliação foi lançado recentemente (final do ano lectivo de 2006/07) e teve como objectivo a avaliação do Projecto Educativo do triénio 2004/05 a 2006/07, através da compilação, do tratamento e da análise de dados sobre os resultados académicos, bem como através da aplicação de inquéritos de satisfação à população escolar. Apesar desse mecanismo de avaliação ter permitido identificar alguns pontos fortes e fracos da organização, não foram produzidos nem implementados planos estratégicos de melhoria. Embora existam dados trabalhados sobre os resultados escolares, estes não se encontram devidamente explorados e divulgados, na medida em que a sua reflexão não é ainda sistemática e não produz consequências sustentadas na sala de aula. Acresce também que esse exercício de auto-avaliação, ao não abranger todas as áreas-chave do trabalho (nomeadamente o processo ensino-aprendizagem, a gestão e os factores contextuais), não permite obter uma visão global do desempenho da Escola. Contudo, a capacidade de algumas lideranças de topo e intermédias na mobilização de diversos agentes e a experiência adquirida no âmbito da auto-regulação são indicadores positivos que podem contribuir para a sustentabilidade do seu progresso.

IV – Avaliação por factor

1. Resultados

1.1 Sucesso académico

A Escola dá uma especial atenção aos resultados educativos dos alunos. Assim, relativamente aos resultados académicos, a Escola tem vindo a fazer uma análise regular dos mesmos, apoiando-se em diversos indicadores de sucesso por ano de escolaridade, turma e disciplina. Todavia, ainda não é desenvolvida uma acção sistemática de comparação dos resultados da avaliação interna com os da avaliação externa ou com os de outras escolas sociologicamente semelhantes.

Na sequência das reuniões dos Conselhos de Turma de Avaliação, são elaborados documentos de análise de resultados para discussão nos diversos órgãos e estruturas educativas. Nesta perspectiva, o Conselho Pedagógico tem produzido orientações para a melhoria das aprendizagens (selecção criteriosa do corpo docente para o 3.º

Ciclo do Ensino Básico, diversificação curricular, detecção precoce do abandono escolar e desenvolvimento de assessorias, aulas de recuperação e tutorias, bem como implementação dos planos nacionais de acção para as disciplinas de Português e de Matemática).

No final do ano lectivo de 2006/07, no âmbito da avaliação interna, foi feito um estudo sobre os resultados escolares dos alunos no triénio 2004/05 a 2006/07, com base nas classificações de frequência, classificações internas finais, classificações de exame, anulações de matrícula, exclusão por faltas e desistências, nos diversos ciclos de estudo e anos de escolaridade.

Assim, com base nesses indicadores, numa análise de conjunto do 3.º Ciclo, verifica-se uma evolução positiva da taxa de transição global ao longo dos últimos três anos, respectivamente: 68,8% - 2004/05; 81,9% - 2005/06; 97,3% - 2006/07. Quanto aos exames nacionais do 3.º Ciclo, realizados em 2005/06 e 2006/07, constatou-se que, na disciplina de Língua Portuguesa, a Escola obteve uma taxa de sucesso superior à verificada a nível nacional (2005/06 - 72,8%/56%; 2006/07 - 97,9%/88%). No que concerne à disciplina de Matemática, apesar da taxa de sucesso ter sido superior à nacional nos dois anos considerados (2005/06 - 61,3%/38%; 2006/07 - 42,8%/29%), verificou-se, em 2006/07, um decréscimo de 18,5% relativamente ao ano lectivo anterior.

No Ensino Secundário, apesar de existir uma melhoria global nas taxas de transição, verifica-se que, ao nível do 12.º ano, a taxa de sucesso é baixa comparativamente com a verificada nos dois anos precedentes. Por conseguinte, enquanto que, nos 10.º e 11.º anos de escolaridade, a taxa de sucesso nos cursos de prosseguimento de estudos se situa nos 80%, no triénio de 2003/04 a 2005/06, não vai além dos 34% no 12.º ano, incluindo os resultados nos exames nacionais. No que se refere aos exames nacionais do Ensino Secundário, a análise dos dados disponíveis permite verificar uma constância nos resultados, ainda que baixos, obtidos na disciplina de Português no triénio 2004/05 a 2006/07 (2004/05 - 11,1 valores; 2005/06 - 11,5 valores; 2006/07 - 11,6 valores). No mesmo período de tempo, quanto à disciplina de Matemática, regista-se uma ligeira melhoria (2004/05 - 6,3 valores; 2005/06 - 6,2 valores; 2006/07 - 10 valores), embora os resultados sejam sempre inferiores à média nacional.

Relativamente ao abandono escolar, tanto no 3.º Ciclo como no Ensino Secundário, verifica-se uma redução ao longo do triénio 2004/05 a 2006/07.

Assim, numa análise global dos resultados e do abandono escolares, constata-se que a Escola atingiu os objectivos quantificados no seu Projecto Educativo (aumento do sucesso escolar em 10% e diminuição do abandono escolar em 10%), influenciados pela implementação de algumas estratégias de aperfeiçoamento.

1.2 Participação e desenvolvimento cívico

Os alunos e os restantes membros da comunidade educativa são informados sobre o Projecto Educativo e da programação das actividades, bem como dos seus direitos e deveres constantes do Regulamento Interno. Todavia, não existem indícios sobre uma participação activa dos alunos, dos pais e encarregados de educação e do pessoal não docente na definição, programação e avaliação destes documentos organizativos, quer pela via da auscultação (por exemplo, através de questionários) quer pela implicação em grupos de trabalho.

A Escola revela preocupação com o desenvolvimento cívico dos alunos. Uma das prioridades do Projecto Educativo para o triénio 2004/05 a 2006/07 consistia na valorização da educação para a cidadania, no sentido de incrementar nos alunos o interesse pelos problemas da igualdade, da discriminação social, racial e religiosa, pelos direitos do homem, das crianças e dos animais, bem como pelos problemas de ordem ambiental. Assim, na Área de Projecto dos Cursos Científico-Humanísticos do 12.º ano, no ano lectivo de 2006/07, foram desenvolvidos os seguintes temas: Paramiloidose - doença dos pezinhos, deficiência motora, barreiras arquitectónicas; Defesa dos animais (a que não deixa de estar associada a existência de um canil na Escola para a recolha de cães abandonados); Reciclagem; Marketing; Defesa do Património de Arte Nova em Aveiro; Alimentação Biológica.

As aulas de Formação Cívica são também utilizadas para o desenvolvimento das competências afectivas e de socialização, nomeadamente o respeito pelos outros, a responsabilidade pelo bem-estar, a formação para a participação, a valorização do sucesso individual e a convivência democrática.

Existem acções concretas desenvolvidas para a valorização dos sucessos dos alunos, designadamente através da publicitação, no sítio na Internet e no jornal da Escola "Com Efeito", das actividades e dos trabalhos efectuados, bem como da participação em eventos, concursos e projectos de âmbito nacional e internacional. A elaboração dos conteúdos, para divulgação nestes meios de comunicação, conta com a participação activa dos alunos, nomeadamente no clube de jornalismo.

São também desenvolvidas algumas actividades direccionadas para a promoção da auto-estima e o favorecimento da identificação com a Escola, como, por exemplo, as realizadas no âmbito do Desporto Escolar e nas "Escolíadas", contando com a adesão dos alunos.

1.3 Comportamento e disciplina

De um modo geral, os alunos têm um comportamento disciplinado, mostrando conhecer as regras de conduta e de funcionamento da Escola. Na maioria dos casos, os problemas disciplinares são tratados e resolvidos no âmbito da sala de aula ou com o director de turma. A actuação preventiva é a norma mais corrente, dando-se primazia à resolução dos problemas pelo diálogo com os alunos e as respectivas famílias, bem como pela execução de actividades de integração escolar. De acordo com os dados disponíveis, no último triénio, os processos disciplinares mais graves, que apontavam para a aplicação da pena de suspensão, não foram além de 3 e referiram-se a pequenas agressões a colegas ou à falta de respeito e correcção perante alguns docentes. A diminuição dos casos de indisciplina tem contribuído para um acréscimo do sentimento de segurança e bem-estar por parte dos alunos e dos pais e encarregados de educação. Para estes resultados tem concorrido a acção dos docentes das diversas disciplinas, dos directores de turma, dos funcionários e dos agentes da Escola Segura. Há um efectivo reconhecimento e aceitação da autoridade, manifestos nos bons índices de pontualidade e assiduidade dos alunos nas diversas actividades, no ambiente acolhedor, na limpeza das instalações e na preservação de espólio exposto nos corredores. As atitudes e os valores fazem parte das componentes da educação, integrando os critérios de avaliação dos alunos definidos globalmente para a Escola e para as várias disciplinas.

1.4 Valorização e impacto das aprendizagens

O impacto das aprendizagens é valorizado tanto pelos alunos como pelos encarregados de educação, patenteado no aumento do número de alunos da Escola, no último triénio. Assim, a procura da frequência do 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário registou um crescimento, respectivamente, de 39,3% e 7,3%.

A Escola desconhece o percurso pós-escolar dos seus alunos, não dispondo de dados trabalhados sobre os níveis de empregabilidade dos discentes que frequentam os cursos orientados para a vida activa, bem como sobre os que enveredam pelo ensino superior.

Foi delineada e implementada uma estratégia para o 3.º Ciclo do Ensino Básico, por forma a produzir melhores resultados e a transmitir para o exterior a imagem de uma cultura de responsabilidade e exigência. Assim, foi efectuada a selecção dos professores interessados em leccionar esse ciclo de estudos, de modo a ter um grupo docente mais motivado e a funcionar numa lógica que se procura aproximar das “equipas pedagógicas”.

Os docentes estão mobilizados para responder às expectativas dos alunos e encarregados de educação, tendendo para uma maior incidência nas dimensões académicas do currículo, no sentido de aproximar os resultados escolares internos da avaliação externa. As áreas não académicas também são valorizadas através do desenvolvimento de projectos, clubes, concursos e visitas de estudo.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade

A lógica de funcionamento em departamentos curriculares não tem produzido os efeitos previstos na regulamentação interna da Escola, mostrando-se, por vezes, inoperacional. De facto, a articulação e a coordenação pedagógica interdepartamental não são significativas. Estas processam-se apenas ao nível dos grupos disciplinares e dos “núcleos de trabalho”, designadamente no planeamento a curto prazo, na construção de matrizes de avaliação e na elaboração comum de testes e instrumentos de trabalho. Neste campo, sobressai, como positiva, a implementação dos “núcleos de trabalho”, reunindo vários professores da mesma disciplina e do mesmo ano de escolaridade numa hora livre comum. Este facto tem contribuído para o aprofundamento do trabalho colaborativo nesses núcleos. É de realçar também os níveis de articulação e sequencialidade conseguidos nas novas áreas curriculares não disciplinares (Estudo Acompanhado, Formação Cívica e Área de Projecto), com trabalho consolidado ao nível da uniformização dos procedimentos, da coordenação e da avaliação das aprendizagens. Existe um coordenador para estas áreas curriculares não disciplinares, a quem são atribuídas as funções de supervisão e de cumprimento das determinações emanadas do Conselho Pedagógico.

Não se encontra implementado um sistema que permita aferir, no âmbito dos diferentes anos de escolaridade e níveis de ensino, a sequencialidade das aprendizagens. Também não existe uma articulação com as escolas do ensino básico donde provém a maioria dos alunos.

Os Serviços de Psicologia e Orientação Escolar desenvolvem uma acção activa junto dos alunos e das famílias no domínio do apoio e da orientação sobre as opções a tomar, assumindo maior relevância e equidade na transição entre níveis de ensino. São organizadas sessões regulares aos alunos para prestar esclarecimentos acerca das

opções e das condições de progressão nos cursos em que pretendem formalizar a sua inscrição. São também organizadas acções de esclarecimento extensíveis aos pais e encarregados de educação.

2.2 Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula

O planeamento curricular, efectuado ao nível de departamento e de turma, permite aferir a gestão dos programas das diversas disciplinas e do currículo global. Contudo, não existe um acompanhamento e uma supervisão das práticas lectivas dos docentes em sala de aula. O conhecimento de situações de dificuldades de cariz profissional é encaminhado directamente para o Conselho Executivo que, em articulação com o Coordenador de Departamento, procura encontrar soluções. Nestes casos, é reforçado o trabalho cooperativo e de partilha entre os docentes, sobretudo ao nível do planeamento e da avaliação.

Como consequência das reuniões dos “núcleos de trabalho” e da preocupação em garantir a confiança na avaliação interna e nos resultados, procura-se calibrar testes e critérios de avaliação específicos comuns por disciplina, nomeadamente, através da elaboração conjunta de instrumentos de avaliação. Os resultados da avaliação são analisados em conselho de turma, departamentos curriculares e coordenação dos directores de turma e, posteriormente, em Conselho Pedagógico, por forma a garantir a coerência entre práticas de ensino e de avaliação, bem como a aferição de procedimentos e de resultados.

Pese embora a inexistência de um plano de formação interno, a Escola procede ao levantamento das necessidades de formação para o pessoal docente que, posteriormente, é remetido ao Centro de Formação José Pereira Tavares. Dado que a maior oferta de formação deste Centro ocorre na área da utilização das novas tecnologias, alguns docentes procuram outras alternativas, sobretudo junto de instituições do Ensino Superior, que lhes garantam formação nas respectivas áreas didácticas. A rede de contactos estabelecidos pela Escola, quer com a Universidade de Aveiro quer com a Universidade de Coimbra, tem facilitado apoio científico e actividades de formação ao corpo docente, bem como a disponibilização de materiais e/ou actividades laboratoriais específicas. Por iniciativa de alguns departamentos curriculares e grupos disciplinares, são realizadas acções integradas no Plano Anual de Actividades, designadamente no âmbito do ensino da Matemática. Contudo, a Escola não dispõe de dados que permitam uma análise do impacto da formação dos docentes nas práticas lectivas e no desempenho dos alunos.

2.3 Diferenciação e apoios

Para dar resposta às dificuldades de aprendizagem, é efectuada a despistagem dos alunos com necessidades de apoio educativo, tanto para os que revelam necessidades educativas especiais, como para os que manifestam necessidades acrescidas de aprendizagem. A Psicóloga da Escola e a equipa do Ensino Especial articulam-se no sentido de procederem à caracterização dos problemas de aprendizagem dos alunos e à programação/implementação de medidas diferenciadas, designadamente ao nível dos alunos com necessidades educativas especiais. Os dados disponíveis, para o triénio 2004/05 a 2006/07, mostram que o número de alunos com necessidades de aprendizagem, tanto de carácter temporário como de carácter permanente, tem vindo a aumentar no conjunto dos dois ciclos de estudos (2004/05 – 10 alunos; 2005/06 - 13 alunos; 2006/07 - 25 alunos). Para estes e outros alunos com dificuldades de aprendizagem, são disponibilizadas várias modalidades de apoio: tutorias, apoios individuais e em grupo, estudo acompanhado e apoio técnico especializado para os alunos invisuais. A Escola efectua, em relação aos dois níveis de ensino ministrados, o levantamento das taxas de transição dos alunos com necessidades de aprendizagem, sendo que, no conjunto dos três anos em análise, essas taxas de transição foram de 100% no 3.º Ciclo e na ordem dos 80% no Ensino Secundário.

É notória a importância do trabalho desenvolvido pelos Serviços de Psicologia e Orientação, quer no acompanhamento psicológico, orientando alunos com problemas de desmotivação, de aprendizagem, disciplinares e familiares, quer no apoio ao ensino especial, participando na definição dos planos individuais dos alunos com necessidades educativas especiais.

2.4 Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem

A Escola tem procurado investir na diversificação da sua oferta educativa como forma de combate ao insucesso e ao abandono escolares e de resposta à heterogeneidade e às necessidades educativas dos alunos, nomeadamente através da criação específica de alguns cursos de cariz tecnológico e profissional. Para além destes percursos curriculares, são promovidas diversas iniciativas de reforço educativo, mediante a dinamização de actividades de enriquecimento do currículo, que estimulam nos alunos a valorização do conhecimento e o interesse pelas actividades profissionais e pelos saberes práticos. Neste âmbito, realçam-se as visitas de estudo, as palestras, os concursos, os torneios desportivos, a semana do livro, as comemorações, as exposições de trabalhos dos alunos, o laboratório aberto, as representações/encenações, as Escolíadas e os clubes de jornalismo e do ambiente. Os

alunos aderem e mostram interesse pelo desenvolvimento deste tipo de actividades, pese embora a Escola ainda não proceda à sua monitorização.

Apesar das limitações das instalações e dos equipamentos laboratoriais, são realizadas actividades de carácter experimental, nomeadamente ao nível das Ciências Físicas e Químicas do Ensino Secundário. Contudo, no âmbito das disciplinas de Ciências Naturais e Biologia, não existe um registo significativo de actividades laboratoriais.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade

A Escola possui um Projecto Educativo que estabelece as linhas orientadoras, os objectivos e as acções, compreendendo algumas metas quantificadas (reduzir o abandono escolar em 10% e aumentar o sucesso escolar em 10%). As actividades são bem planeadas, procurando alinhar-se com os objectivos do Projecto Educativo. O Plano Anual de Actividades consagra um conjunto de acções que procura responder às metas traçadas, através de iniciativas e de projectos propostos pelas diversas estruturas internas. De um modo geral, as actividades inseridas nesse plano estão correlacionadas com os programas das diferentes disciplinas do currículo. No entanto, tanto o Projecto Educativo como o Plano Anual de Actividades não compreendem acções da iniciativa dos representantes dos pais e encarregados de educação nem do pessoal não docente.

O Conselho Pedagógico tem-se assumido como um órgão importante na construção e avaliação dos documentos institucionais, sendo que a distribuição de actividades e tarefas tem sido realizada numa perspectiva de partilha de responsabilidades e de reforço da capacidade de liderança aos diferentes níveis.

A direcção da Escola programa as actividades de organização do ano lectivo e garante as condições necessárias ao seu desenvolvimento. A distribuição do serviço docente é efectuada pelo Conselho Executivo, a partir das propostas elaboradas pelos departamentos curriculares e grupos disciplinares, procurando-se manter, prioritariamente, o princípio da continuidade. Os directores de turma são seleccionados de entre os professores que têm perfil para o desempenho da função, embora este não se encontre formalmente explícito.

3.2 Gestão dos recursos humanos

O Conselho Executivo realiza uma gestão adequada dos recursos humanos. Conhece as competências profissionais e pessoais de cada um e tem-nas em conta na distribuição das diversas tarefas. A atribuição do serviço obedece a critérios previamente fixados, tendo em conta as prioridades do Projecto Educativo, a competência profissional, a continuidade e a relação desenvolvida com os alunos. Os professores colocados pela primeira vez na Escola mostram-se bem integrados pessoal e profissionalmente, por força do bom acolhimento que lhes é proporcionado pelo Órgão de Gestão e pelos Coordenadores dos Departamentos Curriculares.

A gestão de recursos humanos realizada garante o funcionamento dos diversos serviços de apoio escolar (biblioteca, cantina, bufetes, papelaria, reprografia e serviços administrativos) e responde às necessidades dos utentes.

No que respeita à formação do pessoal não docente, as acções disponibilizadas nem sempre contemplam as respectivas áreas funcionais. Assim, a Escola não deu formação à funcionária que presta apoio aos laboratórios das Ciências Físico-Químicas e de Biologia. Também os técnicos dos Serviços de Acção Social Escolar não tiveram acesso a formação, apesar de sentirem a sua necessidade.

3.3 Gestão dos recursos materiais e financeiros

A Escola possui instalações, espaços e equipamentos adequados às suas funções, existindo uma preocupação quanto à manutenção, segurança e salubridade. Nos últimos anos foram efectuadas melhorias nas instalações através da realização de diversas obras de beneficiação e remodelação.

Os níveis de bem-estar e segurança atingidos têm um grande impacto na comunidade educativa, designadamente nos alunos e nos pais e encarregados de educação.

Existem linhas orientadoras para a elaboração e gestão do orçamento, definidas pela Assembleia de Escola. A afectação dos recursos físicos e financeiros tem em conta as prioridades identificadas e as acções de melhoria programadas, tanto a nível didáctico e pedagógico como no âmbito das condições físicas consideradas necessárias. A Escola promove uma política para a captação de verbas, quer por via directa do orçamento privativo (receitas de bares, papelaria e reprografia) quer pela candidatura a projectos financiados pelo PRODEP, pela utilização da lei do Mecenato (impressão do jornal escolar, aquisição de material e equipamento e obras de beneficiação dos espaços físicos) ou por via da Associação de Pais e Encarregados de Educação.

3.4 Participação dos pais e outros elementos da comunidade educativa

A Escola preocupa-se em atrair os pais e os encarregados de educação e procura co-responsabilizá-los pelo processo educativo dos seus educandos, mostrando-se acessível e integradora. Os directores de turma, por sua iniciativa, disponibilizam horas de atendimento mais consentâneas com as possibilidades dos encarregados de educação e outros meios de contacto (caderneta do aluno, telemóvel e *internet*).

Os pais são informados sobre o Regulamento Interno, os critérios de avaliação e as actividades e iniciativas da Escola, para as quais são convidados a participar. Estão constituídos numa Associação de Pais e Encarregados de Educação e fazem-se representar regularmente nas reuniões da Assembleia de Escola, do Conselho Pedagógico e dos Conselhos de Turma. Promovem ainda várias acções, tais como: elaboração de artigos para o jornal *Com Efeito*; contactos com a Polícia de Segurança Pública, visando o reforço da segurança na área envolvente à Escola; elaboração de um panfleto sobre segurança para distribuição aos alunos; venda de CDs relativos à festa de final de ano. Também os pais são auscultados e implicados na tomada de decisões que afectam os seus educandos, nomeadamente ao nível das dificuldades nas aprendizagens.

A avaliação do Projecto Educativo, relativa ao triénio 2004/05 a 2006/07, dá conta do acréscimo progressivo dos contactos com a Escola por iniciativa dos encarregados de educação dos alunos do 3.º Ciclo e do 10.º ano dos Cursos Científico-Humanísticos.

3.5 Equidade e justiça

Os responsáveis da Escola e das diferentes estruturas regulam a sua acção por princípios de equidade e justiça. Respeitam as normas legais estatuídas para o funcionamento da organização, incluindo a criação de oportunidades iguais para todos os alunos: escolha de horários; inserção em turmas; acesso a experiências escolares estimulantes.

A Escola é frequentada por cerca de 100 alunos oriundos de diversos países da Europa, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), do Brasil e da China, sendo reconhecida a existência de uma política bem sucedida de inclusão sócio-educativa destas minorias. Os alunos, cuja língua materna não é o Português, beneficiam de medidas adicionais de apoio pedagógico, nomeadamente no reforço da aprendizagem e no domínio da Língua Portuguesa. Saliente-se ainda que todos os anos é atribuído um prémio, pela Fundação Engenheiro António Pascoal, ao aluno academicamente bem sucedido, mas com maiores carências socio-económicas.

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia

A Escola possui uma visão e estratégia, hierarquizando e calendarizando os seus objectivos no Projecto Educativo. Também, estabeleceu metas quantificáveis para o sucesso e o abandono escolares. As metas e as prioridades definidas estão contextualizadas à realidade da Escola e traduzem as preocupações dos diversos actores da comunidade educativa. Existe uma aposta clara em gerar objectivos partilhados na concretização de uma gestão e de uma liderança repartidas, na promoção do desenvolvimento de políticas orientadas para as aprendizagens dos alunos. Os objectivos e as prioridades educativas são comunicados aos alunos e aos pais e encarregados de educação, embora estes sintam dificuldades em descodificar alguma da informação, nomeadamente sobre os critérios de avaliação. A última avaliação do Projecto Educativo do triénio 2004/05 a 2006/07 evidencia o cumprimento das prioridades e metas definidas, traduzido no aumento do sucesso educativo em 10% e na diminuição do abandono escolar, também em 10%. Por outro lado, a implementação de uma estratégia bem definida, de aposta na qualificação e adaptação do corpo docente ao 3.º Ciclo, tem conduzido a um aumento gradual da procura por parte dos alunos e das famílias deste nível de ensino.

A liderança do Conselho Executivo é eficaz, mas discreta, demonstrando ter uma visão partilhada para a acção da Escola. Também algumas lideranças de topo e intermédias têm revelado capacidade de mobilização dos agentes para o desenvolvimento das mais diversas tarefas, promovendo uma cultura de trabalho e de responsabilização.

A Escola desenvolve uma política para o seu reconhecimento interno e externo, espelhada na implementação de uma dinâmica de transformação, no sentido de fugir à imagem de antiga Escola Comercial e Industrial. No entanto, a Escola tem investido nas áreas Tecnológicas e Profissionais, não prescindindo dos cursos de inserção na vida activa.

4.2 Motivação e empenho

O Conselho Executivo promove a articulação entre os diferentes órgãos, revelada na visão partilhada para a missão da Escola, procurando projectar uma imagem de sucesso junto da comunidade.

Os profissionais conhecem as suas áreas de acção e mostram-se empenhados e motivados na definição e na implementação de estratégias para a melhoria do serviço educativo. Os docentes estão mobilizados para o trabalho que realizam e revelam preocupação com a qualidade das aprendizagens e com os resultados escolares dos alunos. O pessoal não docente revela uma boa integração na Escola e zela pelo cumprimento das tarefas que lhe são dirigidas, granjeando bons níveis de satisfação por parte dos alunos, dos docentes e dos pais e encarregados de educação.

4.3 Abertura à inovação

Existe uma abertura à inovação, patente na diversidade de actividades de enriquecimento curricular e no desenvolvimento de projectos abertos à participação dos alunos, dos professores, dos funcionários, das famílias e da comunidade em geral e na utilização das tecnologias de informação e comunicação. A este respeito, é evidente a existência de uma acção pró-activa no sentido de integrar essas tecnologias no quotidiano da Escola. O funcionamento dos diversos serviços (designadamente Serviços Administrativos e Biblioteca) reflecte a importância e o impacto da utilização dos recursos informáticos na gestão diária da Escola. Existem 97 computadores para utilização regular, sendo também disponibilizadas duas redes informáticas instaladas em toda a Escola, por cabo e por sistema sem fios. A primeira, designada por EMAS, destina-se a professores, alunos e funcionários e possui uma área de trabalho própria com acesso aos recursos existentes e com a possibilidade de partilha de informação. A segunda, designada por SAD, foi criada especificamente para a área administrativa, englobando diversas aplicações: alunos, contabilidade, pessoal e vencimentos. A Escola tem também a funcionar um sítio na Internet e a plataforma *Moodle*, sendo, neste momento, frequentemente utilizada pelos alunos.

A Escola tem revelado capacidade para mobilizar os apoios financeiros, materiais e humanos necessários para tornar as actividades de inovação consistentes, estabelecendo protocolos e parcerias com diversos parceiros.

Contudo, apesar de existir uma atitude pró-activa na procura de novos caminhos e soluções, não há indícios sobre a implementação generalizada de estratégias de inovação centradas nas práticas lectivas em sala de aula.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

A Escola tem várias parcerias activas com entidades da comunidade envolvente, procurando responder a determinadas situações. Estas parcerias são realizadas com: Câmara Municipal de Aveiro (abertura dos espaços desportivos da Escola à comunidade; manutenção dos espaços verdes da Escola; cedência de transportes e de espaços da autarquia para a realização de eventos culturais); Junta de Freguesia da Glória (cedência do Polidesportivo); Universidades de Aveiro e de Coimbra (designadamente, protocolos de estágios, apoio científico, actividades de formação e disponibilização de materiais e/ou actividades laboratoriais específicas); Instituto de Emprego e Formação Profissional (apoio na criação dos Cursos Tecnológicos e Profissionais e na inserção de formandos na vida activa); Associação dos Antigos Alunos da Escola Industrial e Comercial de Aveiro (prémios escolares e dinamização de jornadas técnicas); Fundação Eng. António Pascoal (prémios escolares e donativos); Associação dos Antigos Alunos da Escola Secundária José Estêvão (prémios escolares).

Também, a Escola tem promovido e participado em projectos institucionais e outros: Rede de Bibliotecas Escolares, Redes e Internet na Escola, intercâmbios com escolas europeias através do projecto europeu "COMENIUS", concurso europeu "*e-learning awards 2007*" e visitas de estudo ao estrangeiro.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria da Escola

5.1 Auto-avaliação

A Escola faz uma avaliação regular dos resultados académicos. Logo após o término dos momentos formais de avaliação, são elaborados documentos estatísticos sobre o desempenho dos alunos por ano e por disciplina. Os dados recolhidos são facultados aos Coordenadores de Departamento, de Grupo e de Directores de Turma. Esta estratégia, além de visar a monitorização dos resultados, tem também o propósito de promover a reflexão e a procura de soluções para os casos problema.

A Escola constituiu uma equipa interna para a avaliação do Projecto Educativo do triénio 2004/05 a 2006/07, através da recolha e análise dos dados sobre os resultados académicos por disciplina, turma e ano de escolaridade. A recolha de dados também compreendeu os resultados obtidos pelos alunos na avaliação externa

(exames nacionais), comparando-os com a avaliação interna. Paralelamente, foram aplicados inquéritos de satisfação à população escolar, disponibilizados no *Moodle*.

No entanto, a falta de estabilização dos indicadores aplicados e a não utilização de uma amostra criteriosa da população escolar na resposta aos inquéritos de satisfação não permitem uma visão esclarecida do projecto de avaliação implementado. Por outro lado, apesar de existirem elementos sobre os resultados escolares, a Escola não efectua uma reflexão sistemática por forma a produzir consequências sustentadas nas práticas lectivas em contexto de sala de aula.

5.2 Sustentabilidade do progresso

Apesar da Escola ainda não possuir um projecto de melhoria devidamente estruturado, a avaliação interna identificou os aspectos menos positivos da acção educativa e definiu um conjunto de oportunidades de aperfeiçoamento, nomeadamente ao nível: da recolha e do tratamento de informação para o processo de auto-avaliação; da padronização de procedimentos no âmbito da documentação; das taxas de insucesso no 12.º ano; dos circuitos de informação; das práticas pedagógicas; da articulação curricular. Desta forma e considerando a existência de algumas lideranças de topo e intermédias capazes de mobilizar os diversos agentes, bem como a experiência adquirida no domínio da avaliação do projecto educativo, a Escola revela algumas condições para a sustentabilidade do seu progresso.

V – Considerações finais

Apresenta-se agora uma síntese dos atributos da Unidade de Gestão (pontos fortes e pontos fracos) que poderá orientar a sua estratégia de melhoria.

Neste âmbito, entende-se por ponto forte: *atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos*; ponto fraco: *atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos*.

Todos os tópicos seguidamente identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- Integração sócio-educativa dos alunos, nomeadamente dos que são oriundos de outros países;
- Eficácia dos apoios proporcionados, no último triénio, aos alunos com necessidades de aprendizagem, traduzida nas taxas de transição no 3.º ciclo e no ensino secundário;
- Visão partilhada da missão da Escola para a consecução das linhas do Projecto Educativo, quanto à redução do abandono escolar e à evolução das taxas de transição (10%), por força da capacidade de algumas lideranças de topo e intermédias em mobilizar diversos agentes.

Pontos fracos

- Taxas de insucesso no 12.º ano e na disciplina de Matemática do 9.º ano;
- Ausência de estratégias para o acompanhamento sistemático da prática lectiva dos docentes em contexto de sala de aula, que não potencia, particularmente, a operacionalização de práticas conducentes a um maior sucesso;
- Insuficiente articulação e coordenação ao nível dos departamentos curriculares, que não permite o aprofundamento do trabalho colaborativo, nomeadamente, no âmbito da interdisciplinaridade;
- Deficiente articulação entre o trabalho desenvolvido nos diferentes anos de escolaridade e níveis de ensino, que não favorece a sequencialidade das aprendizagens;
- Falta de um dispositivo para a avaliação das diversas áreas-chave do desempenho escolar, designadamente do processo ensino-aprendizagem, que dificulta o desenvolvimento sustentado de planos de melhoria.